



ATIVAS DATA CENTER S.A. - CNPJ/MF nº 10.587.932/0001-36

Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Balanco Patrimonial					
ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
Circulante		42.322	35.132	Circulante		39.390	38.965
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.084	12.037	Fornecedores	12	5.227	4.535
Contas a receber de clientes	5	17.360	10.009	Partes relacionadas	16	614	677
Partes relacionadas	16	569	4.904	Empréstimos e arrendamentos financeiros	13	23.778	26.517
Impostos a recuperar	6	4.198	5.030	Obrigações sociais e fiscais	14	8.298	6.799
Despesas antecipadas	7	3.934	2.872	Adiantamentos de clientes		1.473	437
Outros créditos		177	280	Não circulante		18.503	18.053
Não circulante		95.930	107.596	Empréstimos e arrendamentos financeiros	13	14.214	15.935
Contas a receber de clientes	5	2.434	3.544	Partes relacionadas	16	411	238
Partes relacionadas	16	3.337	4.985	Outros passivos		2.067	-
Despesas antecipadas	7	425	717	Provisão para riscos	15	1.811	1.880
IR e CS diferidos	8	12.283	12.394	Patrimônio líquido		80.359	85.710
Depósitos judiciais		142	109	Capital social	17	182.063	182.063
Imobilizado	9	74.138	82.593	Reservas de capital	17	268.763	268.763
Direito de uso	10	2.222	2.861	Prejuízos acumulados		(370.467)	(365.116)
Intangível	11	949	393	Total do passivo e do patrimônio líquido		138.252	142.728
Total do ativo		138.252	142.728				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1.Contexto operacional: A Ativas Data Center S.A. ("Companhia") é uma entidade domiciliada no Brasil. Sua sede e parque tecnológico encontra-se na Rua Agenório Araújo, 20, Bairro Camargos, Belo Horizonte - MG e escritórios comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. A Companhia tem como objeto social: (i) A prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação; (ii) O armazenamento de base de dados e site-backup; (iii) A prestação de serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade; (iv) A prestação de serviços de consultorias em TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação e conectividade com venda de acesso e banda internet; (v) O licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computação. A Companhia atua como uma MSP ("Managed Service Provider") e oferece plataforma completa de infraestrutura e serviços de gestão de TI, conforme detalhado abaixo: • "Cloud": soluções em nuvem capazes de suportar as mais diversas aplicações. • Infraestrutura: soluções de infraestrutura com alta disponibilidade e redundância, indicada para empresas que necessitam manter suas operações em um ambiente seguro, confiável e escalável. • Serviços Gerenciados: são alternativas para ter um ambiente de TI administrado por especialistas, independentemente da localização. • "Cybersecurity": solução para eliminar possíveis ameaças, controlando tentativas de fraudes e invasões. • Site "Operation": maximização da confiabilidade da infraestrutura tecnológica de empresas que possuem Data Center próprio. Em 19 de outubro de 2016, foi concluída a entrada do novo sócio estratégico, Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda. ("Sonda"), no quadro de acionistas da Companhia. A transação foi concluída após aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, bem como cumprimento das demais obrigações precedentes. A Sonda assumiu o controle acionário na Companhia sendo detentora de 60% das ações. Em maio de 2021, a Sonda adquiriu da Ativas Participações S.A., percentual adicional de 20,40%, totalizando 80,40% o percentual de participação direta na Ativas Data Center S.A. Como parte do processo de fortalecimento de sua atuação no setor e reequilíbrio financeiro, a Administração da Companhia, colocou em prática um plano abrangente composto por diversas medidas para o estabelecimento de seu equilíbrio financeiro e patrimonial e consequente lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações. Dentre as principais ações, destacam-se: **Gestão do fluxo de caixa - renegociações e postergações de prazos:** Em 2020 e em 2021, a Administração procedeu renegociação de diversos contratos com os fornecedores da Companhia para alinhar a aquisição de insumos e recursos com as expectativas relacionadas à futura demanda para os serviços e os produtos da Companhia. Efetuou a avaliação dos contratos com os clientes, considerando a redução esperada na demanda no cenário atual. As condições dos empréstimos e financiamentos da Companhia com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores foram renegociadas para mitigar eventuais riscos de liquidez. Um comitê de crise monitora as medidas de incentivo à economia, como postergação de prazo para pagamento de impostos e encargos sociais, perdões de dívidas e renegociação de parcelamentos, a fim de incorporar e aproveitar tais medidas para minimizar o impacto da crise nos resultados da Companhia. **Investimento e orçamento:** O orçamento de 2021 e as projeções futuras também passaram por uma revisão. Os resultados e investimentos esperados foram readequados e realinhados com as novas estratégias para minimização dos potenciais impactos da pandemia. O cenário de incertezas e de imprevisibilidade de retomada da economia levou a Administração da Companhia a tomar essas medidas de austeridade e de forte monitoramento do caixa para garantir e fortalecer a estratégia e manutenção de crescimento da Companhia. A Administração entende que essas principais ações, aliadas a outras de menor impacto, são importantes para minimizar os impactos e para atingir das expectativas e metas da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas conforme a seguir. Estas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **(a) Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, quando aplicável, aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas nestas demonstrações estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • Nota explicativa nº 5 - Contas a Receber de clientes - (PCE - Perdas de Créditos Esperadas). • Nota explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. • Notas explicativas nº 9 e nº 11 - Necessidade e avaliação da recuperação, depreciação e amortização do ativo imobilizado e do ativo intangível. • Nota explicativa nº 15 - Provisões para riscos. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, considerando que a Companhia será capaz de continuar as suas operações e honrar os pagamentos de suas obrigações. **3. Principais políticas contábeis:** **Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. **(a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são

Demonstração do Resultado			
	Nota	2021	2020
Receita líquida das vendas de serviços prestados	18	89.989	94.376
Custo dos serviços prestados	19	(86.340)	(79.237)
Lucro bruto		3.649	15.139
Despesas comerciais	19	(4.618)	(3.965)
Despesas administrativas	19	(3.714)	(3.400)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	2.291	1.066
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro		(2.392)	8.840
Despesas financeiras	20	(2.989)	(3.212)
Receitas financeiras	20	405	145
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS IR e CS		(4.976)	5.773
Correntes	8	(264)	(1.592)
Diferidos	8	(111)	(684)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(5.351)	3.497
(Prejuízo) lucro por ação, básico e diluído (R\$ por ação)		(0,012)	0,008
Demonstração do Resultado Abrangente			
		2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(5.351)	3.497
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(5.351)	3.497
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados
Saldos em 31/12/19	182.063	268.763	(368.613)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.497
Saldos em 31/12/20	182.063	268.763	(365.116)
Prejuízo do exercício	-	-	(5.351)
Saldos em 31/12/21	182.063	268.763	(370.467)

falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis mantidos até o vencimento no nível individualizado. Todos os recebíveis até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perspectiva de perda de valor específico. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **(d) Passivos circulantes e não circulantes:** Apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e cambiais incorridas até a data das demonstrações financeiras. **(e) Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim do exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza. A provisão para riscos, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **(f) Provisão para contratos onerosos:** Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios econômicos esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. **(g) Receita operacional:** A prestação de serviços de Data Center (CPD de Hospedagem) compreendendo migração de ambiente, armazenamento, hospedagem de aplicações e sistemas, processamento, disponibilização, monitoramento, conexões de acesso por internet e por circuito dedicado de dados, bem como gerenciamento dos serviços é reconhecida quando da prestação dos serviços de forma contínua pelos prazos pactuados nos contratos com seus clientes. **(h) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **(i) Arrendamentos:** Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia. • A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual. • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre caixa e equivalentes de caixa, e receita de aplicação financeira que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas do desconto a valor presente. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **(k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(5.351)	3.497
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	16.105	16.305
Encargos financeiros, variação cambial e correção monetária		2.763	2.626
Reversão de IR e CS diferidos (Perda) ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	20	111	684
Constituição de provisões		15	9
Redução (aumento) de ativos:			
Contas a receber de clientes		(6.057)	1.361
Partes relacionadas		5.983	(3.835)
Impostos a recuperar		832	568
Outros ativos		(700)	(108)
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores e partes relacionadas a pagar		802	(646)
Obrigações sociais e fiscais		1.499	1.566
Adiantamentos de clientes		1.036	(409)
Pagamento de juros		(2.085)	(2.354)
Outros passivos		2.067	-
Provisão para riscos		(84)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		16.752	19.615
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(318)	(731)
Aquisição do intangível	11	(312)	(154)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(630)	(885)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos	13.a	(9.675)	(12.860)
Pagamento de financiamentos	13.b	(2.400)	(2.000)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(12.075)	(14.860)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa e equivalente de caixa		4.047	3.870
Demonstração da variação do caixa			
e equivalente de caixa			
No início do exercício	4	12.037	8.167
No fim do exercício	4	16.084	12.037
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		4.047	3.870

diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera ser aplicadas aos prejuízos fiscais e bases negativas quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados individualmente como ativos ou passivos não circulantes, independentemente da existência de expectativa de realização ou reversão no exercício social seguinte e podem ser compensados entre si, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos deixam de ser reconhecido nas demonstrações financeiras na medida em que for provável que, à luz das evidências existentes, os benefícios econômicos da dedutibilidade fiscal dos créditos que a ele deram origem, deixarão de ser aproveitados para abater os lucros tributários futuros ou, ainda, sua realização seja incerta ou indeterminada. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de cada levantamento de demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **(l) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC:** • **Norma:** Alteração da Reforma da Taxa de Juros Referência à IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)). **Requerimento:** Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de “hedge” para permitir a manutenção da contabilização de “hedge” para “hedges” afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de “hedge” ou instrumentos de “hedge” afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras; • **Norma:** IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. **Requerimento:** Estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras. **(m) CPCs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as CPCs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis: • CPC 50: Contratos de Seguros; • CPC 36 - Demonstrações Consolidadas: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture”. A Administração espera que a adoção das normas listadas acima não tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2021	2020
Caixa e depósitos bancários	2.083	103
Aplicações financeiras (a)	14.001	11.934
Total	16.084	12.037
(a) Aplicações financeiras: Os títulos de renda fixa estão representados por aplicações em papéis de bancos privados com característica pré-fixada. Disponibilidade diária, mediante recompra, de acordo com as condições de sua emissão. A rentabilidade dos títulos é de acordo com o número de dias da aplicação, a qual varia entre os bancos de 20% a 101,5% (80% a 100% em 2020) do CDI. 5. Contas a receber de clientes: As contas a receber decorrem diretamente dos serviços prestados pela Companhia, estão registrados pelos seus valores originais e deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidações duvidosas.	2021	2020
Clientes a receber	20.146	14.089
(-) Perdas de créditos esperadas	(352)	(536)
Total	19.794	13.553
Créditos a vencer	19.662	13.299
Créditos vencidos	132	254
Circulante	17.360	10.009
Não circulante	2.434	3.544
Não existem contas a receber oferecidas em garantia. Resumo das contas a receber por período de vencimento:	2021	2020
A vencer	19.662	13.299
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	114	168
De 31 a 60 dias	16	52
De 61 a 90 dias	2	34
Total	19.794	13.553
A movimentação nas perdas de créditos esperadas é a seguinte:	2021	2020
Em 31 de dezembro	536	185
Adições	193	412
Baixas	(377)	(61)
Em 31 de dezembro	352	536
As perdas de créditos esperadas foram registradas na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, no resultado do exercício. Os valores provisionados são baixados quando todos os esforços de cobrança foram esgotados e não existe expectativa de recuperação dos valores a receber.		



▶▶▶ 6. Impostos a recuperar:		2021	2020
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		257	271
Impostos de Renda Retido na Fonte - IRRF		214	155
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL		157	108
Programa de Integração Social - PIS (a)		516	702
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (a)		2.375	3.232
Outros		679	562
Total		4.198	5.030
(a) Em 2020, foi realizado um trabalho de análise de créditos de PIS/COFINS sobre insumos, referente aos últimos 5 anos, sendo identificadas aquisições sem seus devidos créditos, os quais foram reconhecidos em 2020 no montante de R\$2.100 como créditos ex-temporâneos. Em 2021, o processo de apuração de créditos sobre as compras de produtos e serviços foi ajustado.			
7. Despesas antecipadas:		2021	2020
Seguros		39	41
Certificações		95	7
Projetos em andamento		362	520
Benefícios pagos antecipadamente		273	318
Manutenção e suporte software		3.397	2.662
Manutenção e suporte hardware		55	21
Outras despesas em andamento		138	20
Total		4.359	3.589
Circulante		3.934	2.872
Não circulante		425	717
8. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, assim como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa. As alíquotas desses tributos definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e possam ser usadas.			
		2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa		326.351	322.572
Diferenças temporárias		8.424	6.657
Provisão fornecedores		3.316	2.749
Provisão para contingência trabalhista		1.796	1.874
Outras provisões de folha		1.372	190
Provisão de indenização		809	326
Provisão para bônus		616	-
Perdas de créditos esperadas		352	578
Outros		163	940
Base constituição de Imposto diferido		334.775	329.229
Imposto diferido total - 34%		113.824	111.938
Redução pela não expectativa de realização do crédito total		(101.518)	(99.487)
Imposto diferido ativo reconhecido contabilmente		12.306	12.451
Ajustes iniciais na aplicação do CPC 06 (R3)		-	(77)
Reconhecimento resultado sobre aplicação CPC 06 (R3)		-	20
Outros		(23)	-
Total		12.283	12.394
De acordo com as atuais projeções da Companhia, a expectativa de realização dos créditos tributários diferidos está demonstrada a seguir:			
Ano	Total		
2022	357		
2023	1.719		
2024	2.041		
2025	2.747		
2026	3.022		
2027	2.397		
2028	12.283		
A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por: (Prejuízos) lucro antes do IR e da CS (4.976) 5.773			
IR e CS às alíquotas vigentes - 34%	1.692	(1.963)	
Efeitos das deduções (adições):			
Créditos não constituídos pela ausência de projeções de lucros tributáveis (2.030) (300)			
Outras diferenças permanentes (37) (13)			
IR e CS sobre o resultado (375) (2.276)			
IR e CS correntes (264) (1.592)			
IR e CS diferidos (111) (684)			
Total (375) (2.276)			
9. Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao seu custo histórico de aquisição ou formação. A composição e a movimentação do ativo imobilizado em 2021 estão apresentadas a seguir:			
	2021		2020
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	Custo 5.000	-	5.000 5.000
Edifícios e benfeitorias	45.793	(16.713)	29.080 29.826
Instalações	5.538	(3.979)	1.559 2.073
Máquinas e equipamentos	10.873	(7.192)	3.681 4.135
Móveis e utensílios	2.251	(2.153)	98 106
Equipamentos de informática	134.758	(100.056)	34.702 41.425
Benfeitoria em propriedade de terceiros	62	(44)	18 28
Total	204.275	(130.137)	74.138 82.593
Custo	2020	Adições	Transf. Baixa 2021
Terrenos	5.000	-	- 5.000
Edifícios e benfeitorias	45.793	-	- 45.793
Instalações	5.398	140	- 5.538
Máquinas e equipamentos	10.757	116	- 10.873
Móveis e utensílios	2.188	63	- 2.251
Veículos	22	-	(22) -
Equipamentos de informática	128.922	6.936	(1.100) - 134.758
Benfeitoria propriedade de terceiros	62	-	- 62
Total do custo	198.142	7.255	(1.100) (22) 204.275
Depreciação acumulada	2020	Adições	Transf. Baixa 2021
Terrenos	-	-	- -
Edifícios e benfeitorias	(15.967)	(746)	- - (16.713)
Instalações	(3.325)	(654)	- - (3.979)
Máquinas e equipamentos	(6.622)	(570)	- - (7.192)
Móveis e utensílios	(2.082)	(71)	- - (2.153)
Veículos	(22)	-	- 22 -
Equipamentos de informática	(87.497)	(13.145)	586 - (100.056)
Benfeitoria propriedade de terceiros	(34)	(10)	- - (44)
(-) Depreciações acumuladas			
adicionadas (115.549) (15.196) 586 22 (130.137)			
Valor líquido 82.593 (7.941) (514) - 74.138			
A movimentação do imobilizado em 2020 está apresentada a seguir:			
Custo	2019	Adições	Transf. 2020
Bens - terrenos	5.000	-	- 5.000
Edifícios e benfeitorias	45.793	-	- 45.793
Instalações	5.286	112	- 5.398
(a) Arrendamentos: São representados por contratos de arrendamento de serviços aos clientes. A movimentação de arrendamentos no			
Instituição	2020	Efeito do CPC 06 (R2)	Captações
Arcelor	1.944	-	-
HP	22.720	-	6.9
Microcity	678	-	-
Total	25.342	-	6.9
Instituição	2019	Efeito do CPC 06 (R2)	Captações
Arcelor	2.294	-	-
HP	21.690	-	13.2
Microcity	529	415	-
Total	24.513	415	13.2



►►► fornecedores diversos no montante de R\$ 2. 056. (b) A redução dos custos dos serviços prestados por pessoa jurídica refere-se pela mudança na estratégia de monitoramento dos eventos de segurança da informação, o qual passou a ser realizado internamente. (c) A principal variação refere-se à recuperação de despesas previstas no contrato de indenização com ex-sócios conforme contrato de compra e venda no valor de R\$873. (d) Outras despesas houve uma redução em relação a 2020 e os principais impactos foram: gastos "Inter-company" - R\$287, instalação e reforma - R\$366 e outras despesas pulverizadas no montante de R\$144. **20. Resultado financeiro:**

Receitas financeiras	2021	2020
Descontos obtidos	8	-
Rendimentos de aplicações financeiras	310	38
Atualização monetária - Selic	11	38
Variação cambial ativa	60	58
Outras receitas financeiras	16	11
Total receitas	405	145
Despesas financeiras	2021	2020
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(817)	(892)
Juros sobre arrendamentos	(1.885)	(1.787)
Imposto sobre operações financeiras	(53)	(209)
Variação cambial passiva	(133)	(268)
Outras despesas	(101)	(56)
Total despesas	(2.989)	(3.212)
	(2.584)	(3.067)

21. Instrumentos financeiros: Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento desses riscos. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar, analisar, definir limites, os controles apropriados e para monitorar esses riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da

	Saldo Contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos das obrigações
	2021	2021	1 ano
Passivos financeiros não derivativos	22.704	27.682	10.461
Arrendamentos financeiros com garantias	15.288	15.688	7.324
Empréstimos	37.992	43.370	4.897
Total	77.984	86.732	26.149
	Saldo Contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos das obrigações
	2020	2020	1 ano
Passivos financeiros não derivativos	25.342	39.195	11.513
Arrendamentos financeiros com garantias	17.110	17.409	10.461
Empréstimos	42.452	56.604	7.324
Total	84.904	113.208	29.298

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (i) **Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas contratações de serviços em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, sobretudo o dólar norte-americano (US\$). Os montantes em aberto em 31 de dezembro de 2021 não são relevantes. A exposição cambial líquida da Companhia, substancialmente ao dólar

Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento objetiva-se desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber de clientes e outros créditos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia reconhece perdas por redução ao valor recuperável de acordo com sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos, se necessário. • **Investimentos:** A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas com contrapartes de renome. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A projeção do fluxo de caixa operacional da Companhia para 2022, apresenta perspectiva de geração de caixa positivo ao longo do ano. Entretanto, em função do volume de novos investimentos previstos associados às parcelas de obrigações com arrendamentos financeiros e empréstimo de capital de giro já existentes e outras obrigações, as disponibilidades financeiras estão reduzidas. Até o fim do 1º Semestre de 2022, a Companhia espera financiar suas atividades com o saldo de caixa de 31/12/2021 e fluxos positivos da operação. Para o 2º Semestre, projeta-se um maior volume de investimentos que irá requerer necessidade de capital de terceiros além dos recursos gerados pela operação.

	Saldo Contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos das obrigações
	2021	2021	1 ano
Passivos financeiros não derivativos	22.704	27.682	10.461
Arrendamentos financeiros com garantias	15.288	15.688	7.324
Empréstimos	37.992	43.370	4.897
Total	77.984	86.732	26.149
	Saldo Contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos das obrigações
	2020	2020	1 ano
Passivos financeiros não derivativos	25.342	39.195	11.513
Arrendamentos financeiros com garantias	17.110	17.409	10.461
Empréstimos	42.452	56.604	7.324
Total	84.904	113.208	29.298

norte-americano, é assim demonstrada:

	Em dólares americanos (US\$ mil)
	2021
Passivos financeiros não derivativos	22.704
Arrendamentos financeiros com garantias	15.288
Empréstimos	37.992
Total	77.984

Fornecedores mercado externo (US\$ mil) (70) (51)

(ii) **Risco de taxa de juros:** Com a obtenção de contratos de arrendamento financeiro junto a CA Programas e HP, e de empréstimos os resultados da Companhia ficaram suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de financiamento contratados a taxa de juros flutuantes e indexadas.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções rele-

Risco	Taxa de juros	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)
Aumento IGP-M	IGP-M	Cenário I Provável
Aumento CDI	CDI	Cenário II (25%)
Redução CDI	CDI	Cenário III (50%)
Risco	Valor Contábil	
Redução CDI	14.001	1.645

Ativos financeiros
Aplicações Financeiras
Passivos financeiros
Arrendamento Mercantil Financeiro
Arrendamento Mercantil Financeiro
Empréstimos

Aumento IGP-M	(1.609)	(89)	(112)	(134)
Aumento CDI	(9.499)	(1.116)	(1.395)	(1.674)
Aumento CDI	(15.288)	(1.796)	(2.245)	(2.695)
		(1.356)	(2.518)	(3.680)

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima de acordo com as taxas acumuladas de 2021, em um cenário provável o CDI 11,75% e IGP-M 5,56%. A Administração da Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerando-os como cenário 1 e cenário 2, respectivamente. **Crêditos e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado:** Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos classificados como circulantes: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras. Arrendamentos Financeiros classificados como não circulantes: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia com a Arcelor, HP e Microcity, eles refletem as taxas de mercado para estes tipos de instrumentos. Assim sendo, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras. **Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente:** A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e

Itens	Tipo de cobertura
Responsabilidade Civil	Operações - estabelecimentos comerciais e/ou industriais, prestação de serviços em locais de terceiros, riscos contingentes de veículos terrestres motorizados, responsabilidade civil do empregador, danos morais, defesa em juízo civil e prejuízos financeiros e/ou perdas financeiras.
Seguro de Automóvel	Cobertura para Terceiros Acidente de Passageiro Danos Morais
Patrimonial - Empresarial	Predial, incêndio, danos elétricos, equipamentos arrendados e/ou cedidos a terceiros, equipamentos eletrônicos, estacionários, portáteis, movimentação interna de mercadorias e lucro cessantes.

23. Transações que não envolvem caixa: a. **Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2). b. **Imobilizado:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu ativo imobilizado no montante líquido de R\$7.255 (R\$14.388 em 2020) dos quais R\$6.937 (R\$13.657 em 2020) não são itens de caixa.

	2021	2020
Compra de bem ativo imobilizado a prazo	6.937	13.657

24. Eventos subsequentes: Não há eventos subsequentes entre 1º de janeiro de 2022 e a data de emissão dessa demonstração financeira, que possam afetar significativamente os números apresentados nos vantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evi-

passivos idênticos. **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Os demais instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados por valores que se aproximam de seus valores justos em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado abaixo: **a)** Custo amortizado: encontram-se, nesta categoria, os saldos a receber de clientes R\$19.794, os quais estão registrados pelo valor presente. São similares aos valores justos. **b)** Empréstimos e financiamentos R\$15.288, são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. **c)** Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores R\$5.227, são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos. **22. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

	Data de Vigência De	Até	Limite Máximo de Indenização
Responsabilidade Civil	08/09/21	08/09/22	1.000
Seguro de Automóvel	26/10/21	26/10/22	150
	26/10/21	26/10/22	5
	26/10/21	26/10/22	5
Patrimonial - Empresarial	01/09/21	01/09/22	210.000

tas demonstrações financeiras. **25. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração e Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2022 e autorizadas para publicação em 7 de abril de 2022.

Diretoria
Ricardo Scheffer de Figueiredo - CEO Grupo SONDA Brasil
Edson Ferreira Leite - Diretor-Presidente
Luis Henrique Caloi - Diretor Data Center e Cloud
Frederico Gustavo de Assis Silva
Contador - CRC/MG 088418/O-3 T-DF

dências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 7 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Fabiano Ricardo Tessitore
Auditores Independentes Ltda.	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 SP 216451/O-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO PARA APROVAÇÃO DAS CONTAS 2021

O Presidente do Conselho Deliberativo do Cruzeiro Esporte Clube, no uso de suas atribuições e nos termos dos artigos 20, inciso V e 21, inciso I, alínea c, do Estatuto, convoca os Senhores Associados Conselheiros integrantes do quadro de Beneméritos, Natos e Efetivos para a reunião ordinária que será realizada no dia 29 (vinte e nove) de abril de 2022, sexta-feira, às 17:30 (dezesete e trinta) horas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação das Contas de 2021.

Publique-se o presente Edital, nos termos do art. 22 do Estatuto Social.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2022.

Maurício Marques da Silva
Presidente do Conselho Deliberativo

EMURB - Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé/ MG - Extrato do Contrato nº 006/ 2022, originado da realização da Tomada de Preços nº 001/2022, firmado com a empresa COLISEU ENGENHARIA E ARQUITETURA EIRELI. Objeto: contratação de empresa na área de engenharia civil e/ou arquitetura para continuidade de banheiro e do Posto de Atendimento da EMURB - Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé, na Praça da Saudade, no Município de Guaxupé - MG. Valor: R\$ 268.673,13. Guaxupé/MG, 13/ 04/2022. Emmanuel Ribeiro do Valle - Presidente da EMURB - Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº53/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2022

O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2022, tipo menor preço por item, cujo objeto visa o Registro de Preços para a aquisição futura e eventual de materiais esportivos para atender às necessidades desta Prefeitura, conforme especificações constantes no termo de referência deste edital. A data final de acolhimento das propostas será às 8h59 do dia 10/05/2022 e o início da sessão de lances às 9h da mesma data, nos termos da Lei nº10.520/02 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: <https://licitanet.com.br> e/ou <http://prefeitura.piumhi.mg.gov.br/editais/>, ou na sede da Prefeitura, das 8h às 16h, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº52/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2022

O Município de Piumhi/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.781.346/0001-04, torna público que realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO NO REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2022, tipo menor preço por item, cujo objeto visa o Registro de Preços para a aquisição futura e eventual de equipamentos de informática em atendimento às necessidades desta Prefeitura, conforme especificações constantes no termo de referência deste edital. A data final de acolhimento das propostas será às 8h59 do dia 05/05/2022 e o início da sessão de lances às 9h da mesma data, nos termos da Lei nº10.520/02 e demais legislações aplicáveis à espécie. Informações através do site: <https://licitanet.com.br> e/ou <http://prefeitura.piumhi.mg.gov.br/editais/>, ou na sede da Prefeitura, das 8h às 16h, pelo telefone (37)3371-9222. Dr. Paulo César Vaz – Prefeito Municipal.

RIO VIVER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ sob o nº 22.430.795/0001-00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Rio Viver Empreendimentos Imobiliários S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 22.430.795/0001-00, sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, Rua Paraiíba, nº 330, 18º andar, CEP 30.130-917, na figura de sua acionista majoritária, nos termos do seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 28 de abril de 2022, quinta-feira, às 13h00 horas, em primeira convocação, e às 13h30 horas, em segunda convocação, de forma virtual pela plataforma Zoom, para tratar da seguinte ordem do dia: I – A alteração da sede social da Companhia. Campos Viver Empreendimentos Imobiliários Ltda.

GRAN ROYALLE PEDRO LEOPOLDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ sob o nº 17.000.462/0001-01

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Gran Royalle Pedro Leopoldo Empreendimentos Imobiliários S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 17.000.462/0001-01, sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, Rua Paraiíba, nº 330, 18º andar, CEP 30.130-917, na figura de sua acionista majoritária, nos termos do seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 28 de abril de 2022, quinta-feira, às 10h00 horas, em primeira convocação, e às 10h30 horas, em segunda convocação, de forma virtual pela plataforma Zoom, para tratar da seguinte ordem do dia: I – A alteração da sede social da Companhia. Gran Viver Urbanismo SA

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI

(31) 3253-2205



RIO FORTE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

CNPJ n. 20.093.124/0001-76

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os srs. Acionistas da RIO FORTE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S.A. ("Companhia"), com na Rua Rio das Flores, nº.105, bairro Pilar, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.390-210, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("AGOE"), a se realizar no dia 22 de abril 2022, sexta-feira, às 08:30 (oito horas e trinta minutos) em primeira convocação, e às 09:00 (nove horas) em segunda convocação, nos termos do Estatuto Social da companhia e da Lei 6.404/76 ("LSA"). A AGOE se realizará exclusivamente de forma digital com participação remota, por meio da plataforma digital *Teams*, mediante acesso ao endereço do *link* https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_Y2QzYzlxNGUIMDVmOC00NGlyLTgyODUyYg5NDlZlFmMmEy%40thread_v2/0?context=%7b%22Id%22%3a%22f44f8c4e-cd81-4551-8f22-1ff1d488b81%22%2c%22Oid%22%3a%225879d9b4-63fe-4a03-8f5f-251a161dab1d%22%7d Os documentos relacionados com as matérias de deliberação estão à disposição dos acionistas no endereço da sede da sociedade, e podem ser disponibilizados em meio digital seguro, nos termos do capítulo II, seção VIII, item 2, inciso II da IN DREI 81/2020, mediante solicitação prévia. O convite individual será enviado por e-mail aos Acionistas para participação por meio da plataforma *Teams*. Na oportunidade, os acionistas deliberarão sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) tomar as contas dos administradores; e (II) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (III) Aprovar a transformação da Companhia em Sociedade Limitada; (IV) Aprovar a nomeação de administrador; (V) aprovar a alteração do endereço da sede. Os Acionistas que forem representados na AGOE por procurador deverão observar o disposto no art. 126 da LSA e deverão depositar a respectiva procuração na sede social da companhia com até 1 (uma) hora de antecedência da hora e data designadas para a realização da Assembleia. A Assembleia será exclusivamente digital, podendo os acionistas participarem de forma remota ou encaminhar o Boletim de Voto à Distância. Para que o voto seja considerado válido, bastará o envio do boletim de voto à distância, em conformidade aos requisitos estabelecidos no item 4.2, da seção VIII, capítulo II da IN DREI 81/2020, ou o seu proferimento durante a videoconferência, verbalmente ou através do chat da plataforma digital, sem necessidade de confirmação por escrito. Os membros da mesa assinarão isoladamente a ata e certificarão a presença dos acionistas. Belo Horizonte/MG, 12 de abril de 2022.

PETER JORDAN e PETER CHRISTOPHER JORDAN - Membros do Conselho de Administração.

COMPANHIA SÃO JOANENSE DE PARTICIPAÇÕES

CNPJ 27.272.327/0001-79

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 25 de abril de 2022 às 08:00 horas na sede social à Rua Frei Cândido, 289 - São João Del Rei - MG, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; B) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021. São João Del Rei, 12 de abril de 2022. Ass. Luciana Fernandes Couto– Diretora Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA – MG

O Prefeito Municipal de Camanducaia, Sr. Rodrigo Alves de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, em obediência ao disposto na EC nº 51 de 14/02/2006, Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006, Lei Federal nº 13.595/2018, Portarias Ministeriais nº 1.886 de 18/12/1997 e nº 2.488 de 21/10/2011, Portaria MS Nº 2436 de 21 de Setembro 2017, Portaria de Consolidação MS Nº 02 de 28 de Setembro de 2017, Legislação Complementar Municipal Nº 133/2019 e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Nº 001/1973, torna público que será retomado o cronograma do Processo Seletivo Público destinado às vagas das funções de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate a Endemias – ACE do seu quadro de pessoal. Os candidatos poderão obter mais informações através do endereço eletrônico www.camanducaia.mg.gov.br, presencialmente na Prefeitura Municipal de Camanducaia, situada na Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, ou pelo telefone (35) 3433-1323.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG

– Aviso de Prorrogação/Concorrência nº 001/2022

– Torna pública a prorrogação do PL 057 da Concorrência nº 001/2022, obj: Registro de preços para contratação de empresa para realização de estudos hidrogeológicos, a apoiarem levantamentos geofísicos e análise de dados geológico-estruturais, elaboração de projetos para implantação de novos poços tubulares profundos, além do acompanhamento e fiscalização da execução de serviços de implantação bem como a perfuração, outorga e demais itens necessários para o dia 20 de maio de 2022 às 09h00 a realizar-se no Setor de Licitações, Praça Dr. Castilho, 10 Centro.Adriana Nair da Silva Sousa – Presidente da CPL.

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

AVISO DE LICENÇA

A MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., CNPJ 24.176.892/0001-44, torna público que recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para fins de licenciamento ambiental, a Licença de Operação (LO) nº 1/2021 1ª Retificação, emitida em 08/04/2022, com validade de 10 anos a partir da primeira emissão em 11/11/2021, incluindo a Linha de Transmissão (LT) 345 kV Betim 6 - Sarzedo, o Seccionamento da LT 345 kV Neves 1 – Barreiro na SE Betim 6 e o Seccionamento da LT 345 kV Pimenta – Barreiro na SE Sarzedo, sob Processo IBAMA nº 02001.001814/2016-52, localizadas nos Municípios de Mario Campos, Betim, Sarzedo, Contagem, Ibirité e Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Murilo Magalhães Nogueira

Diretor

MIP HOLDING S.A.														
CNPJ 05.927.472/0001-08														
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO														
Temos a satisfação de apresentar os resultados econômicos e financeiros da MIP Holding S.A. nos exercícios de 2020 e 2021. A MIP Holding S.A. é uma holding pura, controladora das empresas do GRUPO MIP que são: a MIP Engenharia Ltda, a MIP Construtora Ltda, a MIP Investimentos e Participações Ltda e a Multilift Logística Ltda. Cada empresa possui gestão independente, constituída por Diretoria própria e com autonomia de atuação. As Diretorias de cada uma das empresas do GRUPO MIP respondem ao Conselho de Administração da MIP Holding S.A. O Conselho de Administração da MIP Holding S.A. é composto por seis Conselheiros, sendo três deles Conselheiros Independentes, com diversidade de formação e experiência, essenciais para implementar ações estratégicas de forma ética, transparente e confiável. Como responsável pela Governança do GRUPO, o Conselho de Administração é o guardião da cultura e do Compliance de todas as empresas, garantindo que suas atuações estejam dentro dos mais elevados princípios éticos, em linha com a missão da MIP Holding S.A. O Conselho conta com o apoio de dois órgãos de assessoramento: o Comitê de Auditoria Riscos e Compliance e o Comitê de Investimentos, que têm como objetivo analisar os temas de suas atribuições com maior profundidade e assertividade. O Conselho de Administração encoraja as empresas na adoção de ações que visem garantir a sustentabilidade e a longevidade do GRUPO MIP e na incorporação de políticas de caráter social e ambiental. Neste exercício o R\$ MIP Holding S.A. apresentou receita bruta consolidada de R\$ 1.198.628 mil e lucro líquido de R\$ 45.532 mil,														
Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)														
Ativo	Nota explicativa	Controladora				Consolidado				Nota explicativa	Controladora			
		31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2020	01/01/2020		31/12/2020	31/12/2020	01/01/2020	01/01/2020
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.767	2.825	401	69.641	93.440	67.939							
Contas a receber	6	–	–	–	232.612	120.110	86.641							
Estoque	7	–	–	–	55.527	79.946	100.001							
Tributos e contribuições a recuperar	–	218	442	660	12.727	6.856	3.358							
Despesas pagas antecipadamente	–	–	–	–	914	564	627							
Transações com partes relacionadas	8	9.054	31.673	89.453	235	419	186							
Outros créditos	–	187	279	753	7.295	7.363	5.780							
		20.226	35.219	91.267	378.951	308.698	264.532							
Não circulante														
Realizável a Longo Prazo														
Títulos a receber	6	–	–	–	46.808	46.327	22.012							
Depósitos judiciais	9	–	–	–	5.605	6.592	6.447							
Tributos diferidos	–	515	237	–	10.362	10.165	1.704							
Tributos e contribuições a recuperar	–	–	–	–	86	85	84							
Transações com partes relacionadas	8	–	–	–	9.962	7.786	6.878							
Outros ativos não circulantes	–	–	–	–	1.662	1.928	94							
		–	–	–	74.485	72.883	37.219							
Investimentos	10	243.114	238.538	170.166	7.929	5.259	4.209							
Imobilizado	11	–	–	–	112.340	114.970	96.653							
Intangível	–	–	–	–	2.071	1.377	545							
		243.114	238.538	170.166	122.340	121.606	101.407							
Total do ativo														
		263.855	273.994	261.433	575.776	503.187	403.158							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras														
Demonstração do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)														
		Reservas de lucros				Total do patrimônio					Total do patrimônio			
		Capital Social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Acionistas controladores	Acionistas não controladores		Acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		61.606	7.845	614	91.041	6.079	–	167.185	19.690		167.185	19.690	186.875	186.875
Aumento de capital social AFAC		40.000	–	–	–	–	–	40.000	2.285		40.000	2.285	42.285	42.285
Ajustes de exercícios anteriores		–	–	–	–	–	–	–	254		–	254	254	254
Reversão de dividendos a distribuir		–	–	–	–	–	61	–	61		–	61	61	61
Distribuição de dividendos e JCP		–	–	–	–	–	–	–	1.738		–	1.738	1.738	1.738
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	12.586	12.586	(2.184)		–	(2.184)	(2.184)	(2.184)
Destinações:									1.091			1.091	1.091	1.091
Constituição de reserva legal		–	–	629	–	–	(629)	–	–		–	–	–	–
Juros sobre capital próprio		–	–	–	(2.581)	–	–	(2.581)	–		–	–	–	–
Absorção dos lucros		–	–	–	12.018	–	–	–	–		–	–	–	–
Outros resultados abrangentes:														
Reversão de tributos diferidos - AAP		–	–	–	–	(632)	–	(632)	(54)		–	(54)	(686)	(686)
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras		–	–	–	–	554	–	554	554		–	554	554	554
Saldos em 31 de dezembro de 2020		101.606	7.845	1.243	100.478	6.001	–	217.173	22.821		217.173	22.821	239.994	239.994
Aumento de capital social		–	–	–	–	–	–	–	400		–	400	400	400
Venda de ações para investidor minoritário		–	–	–	–	–	–	–	601		–	601	601	601
Adiantamento para futuro aumento capital		–	–	–	–	–	–	–	192		–	192	192	192
Reversão de dividendos a distribuir		–	–	–	–	–	–	–	7		–	7	7	7
Distribuição de dividendos e JCP		–	–	–	(44.564)	–	–	(44.564)	(1.700)		–	(1.700)	(46.264)	(46.264)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	41.794	41.794	3.738		–	3.738	45.532	45.532
Destinações:														
Constituição de reserva legal		–	–	2.090	–	–	(2.090)	–	–		–	–	–	–
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	(2.095)		–	(2.095)	(2.095)	(2.095)
Absorção dos lucros		–	–	–	39.704	–	(39.704)	–	–		–	–	–	–
Outros resultados abrangentes:														
Ajuste de avaliação patrimonial, reflexo		–	–	–	–	(630)	–	(630)	8		–	8	(622)	(622)
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras, reflexo		–	–	–	–	337	–	337	7		–	7	345	345
Saldos em 31 de dezembro de 2021		101.606	7.845	3.333	95.618	5.708	–	214.110	23.980		214.110	23.980	238.090	238.090
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras														
Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)														
		Controladora				Consolidado					Controladora			
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		–	–	–	–	–	–	–	–		–	–	–	–
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com as atividades operacionais:														
Depreciação imobilizado e amortização do intangível		–	–	–	21.320	14.735	–	–	–		–	–	–	–
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos		–	–	–	5.808	1.452	–	–	–		–	–	–	–
Resultado líquido na venda e/ou baixa de imobilizado		–	–	–	164	4.503	–	–	–		–	–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial		(44.339)	(12.706)	8.882	2.917	–	–	–	–		–	–	–	–
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		–	–	–	(1.628)	8.756	–	–	–		–	–	–	–
Constituição de provisões para demandas judiciais e outras		–	–	–	(174)	(1.044)	–	–	–		–	–	–	–
Tributos Diferidos		(278)	(237)	248	(8.320)	–	–	–	–		–	–	–	–
Ajuste de exercícios anteriores		–	61	–	61	–	–	–	–		–	–	–	–
		(2.823)	(296)	80.152	36.737	–	–	–	–		–	–	–	–
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:														
Contas a receber de clientes		–	–	(111.355)	(66.540)	–	–	–	–		–	–	–	–
Imóveis a comercializar - Estoques		–	–	–	24.419	20.055	–	–	–		–	–	–	–
Tributos e contribuições a recuperar		224	218	(5.872)	(2.596)	–	–	–	–		–	–	–	–
Depósitos judiciais		–	–	–	(987)	(145)	–							



EDITAL

27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretária, tramitam os autos da ação de Procedimento Comum nº. 6062525-79.2015.8.13.0024, requerido pela Autora: DIRECIONAL AZURITA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ 10.343.537/0001-08, contra SUELIO R OLIVEIRA - ME, CNPJ 12.140.848/0001-03. Em síntese, a parte autora diz em petição inicial que as partes celebraram contrato de prestação de serviços sob o regime de empreitada a preço unitário em 18 de outubro de 2012, sendo que o objeto do contrato foi o fornecimento de mão de obra e execução de forma da estrutura a preço unitário, sendo ajustado valor estimado do contrato de R\$ 325.049,34 (trezentos e vinte e cinco mil e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos). Diz mais, que a requerida tornou-se inadimplente com vários de seus funcionários que laboravam na execução dos serviços contratados, ensejando a posterior cobrança judicial das verbas trabalhistas não adimplidas, a cujos valores fora a parte autora submetida. A Autora, em vista dos acordos e condenações trabalhistas suportadas, possui ainda o crédito em face da Ré no montante de R\$ 157.399,83 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos), além da multa contratual avençada, esta última no importe de R\$ 65.009,86 (sessenta e cinco mil e nove reais e oitenta e seis centavos). Assim, requereu a parte autora que o Juízo se digne de julgar inteiramente PROCEDENTE o pedido inicial, no sentido de CONDENAR a Parte Ré a pagar à Autora a quantia de R\$ 157.399,83 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e três centavos), referentes às condenações e acordos trabalhistas já suportados pela ora Autora referentes aos empregados da Ré que laboraram na obra objeto dos contratos firmados, bem como das demais que possam lhe ser imputadas no curso da presente demanda na fase de conhecimento e execução, tendo em vista as cláusulas 4.1.XI; 5.1; VIII IX; 13.4 do contrato firmado entre as partes, bem como a condenação da mesma ao pagamento da multa contratual disposta na cláusula 12.3, pelo descumprimento das obrigações trabalhistas que afetaram diretamente à ora Autora, em razão de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, qual seja, R\$ 65.009,86 (sessenta e cinco mil e nove reais e oitenta e seis centavos), requerendo ainda sua condenação ao pagamento dos honorários advocatícios e das custas processuais. Assim, tem o presente edital a finalidade de citar a parte ré SUELIO R OLIVEIRA - ME, CNPJ 12.140.848/0001-03, que encontra-se em local incerto e não sabido, para todos os termos e atos da presente ação e, querendo, apresentar sua contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Adverte-se outrossim que, caso não seja a ação contestada no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pelo Autor em sua petição inicial. Adverte-se ainda, de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para constar, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado por 3 (três) vezes, uma vez no Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local e que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 07 de março de 2022. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, MM. Juiz de Direito. Luciano Fábio Marques de Brito, Escrivão Judicial. Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900. Número do documento: 22030814162750700008698690393. <https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030814162750700008698690393>. Assinado eletronicamente por: JOAO LUIZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA - 08/03/2022 14:16:27

MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 02.578.564/0001-31 - NIRE 3130002596-9
Companhia Fechada

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2022**

A Reunião do Conselho de Administração da MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A. ("Companhia"), instalada com a presença da totalidade dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza** e secretariada pela Sra. **Fernanda De Mattos Paixão**, realizou-se no dia 07 de abril de 2022, às 09:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 8º andar, sala 8 E, Bairro Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.455-610. Na conformidade da **Ordem do Dia**, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade: (i) **Aprovar**, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, a reeleição da Diretoria Executiva da Companhia, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, os seguintes membros: (a) o Sr. **RICARDO EFROIM ZATZ BLÁS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 58.146/D expedida pelo CREA/MG e inscrito no CPF/ME sob o nº 715.315.806-53, para o cargo de Diretor Presidente; (b) a Sra. **JUNIA MARIA DE SOUSA LIMA GALVÃO**, brasileira, casada, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº MG-4.359.240, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/ME sob o nº 878.532.996-72, para o cargo de Diretora Sem Designação Específica; e (c) o Sr. **LUIZ EDUARDO ALVES MACHADO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 60.970/D expedida pelo CREA/MG e inscrito no CPF/ME sob o nº 709.629.286-15, para o cargo de Diretor Técnico; todos com domicílio profissional na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 8º andar, sala 8 E, Bairro Estoril, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.455-610; (ii) **Aprovar** a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para o dia 18 de abril de 2022, com a seguinte ordem do dia: (a) **Deliberar** sobre a autorização da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia fidejussória adicional, em série única, por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da MRL Engenharia e Empreendimentos S.A." ("Escritura de Emissão"), de emissão da Companhia ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão", "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), bem como seus respectivos termos e condições; (b) **Deliberar** sobre a aprovação da celebração do "Contrato de Coodenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.", entre a Companhia, a MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.343.492/0001-20 ("MRV") e o coordenador da oferta ("Contrato de Distribuição"); (c) **Deliberar** sobre a autorização e ratificação da prática pela Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais com poderes para tanto, de todos os atos necessários à implementação da Emissão, à formalização das Debêntures, da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e respectivos instrumentos acessórios e necessários à Emissão e à Oferta Restrita, bem como os eventuais aditamentos, incluindo, inclusive, a contratação do coordenador da Oferta Restrita e dos demais prestadores de serviços para a Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores legais, entre outros; e (d) **Deliberar** sobre a publicação da ata da Assembleia Geral na forma do art. 130, §2º, da lei 6.404/76, omitindo-se os nomes dos acionistas; e (iii) Autorizar a Diretoria, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes, inclusive a assinar quaisquer instrumentos e respectivos aditamentos necessários à implementação das deliberações acima, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Presidente da Mesa: **RAFAEL NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA**; Secretária da Mesa: **FERNANDA DE MATTOS PAIXÃO**. Conselheiros Presentes: **ALEXANDRE MACHADO VILELA**, **RAFAEL NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA**, **RICARDO EFROIM ZATZ BLÁS** e **RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA**. Belo Horizonte, 07 de abril de 2022. Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio. Confere com o original. **Fernanda De Mattos Paixão** Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 9296007 em 12/04/2022 da Empresa MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A, Nire 31300025969 e protocolo 221816534 - 11/04/2022. Autenticação: FE0F8B23C20B5B57DEEC2DB0CA10BD68EC3C19. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/181.653-4 e o código de segurança pfjJ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG
PUBLICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, torna público **Processo Licitatório nº033/2022 - Pregão Presencial 018/2022**, para contratação de empresa especializada em realização de eventos para organizar e executar a 1ª Vaquejada de Pedras de Maria da Cruz e locação de estrutura e serviços destinados a realização de shows artísticos musicais, abertura da sessão pública no dia **02/05/2022 às 09h00min**, informações (38) 99744-2271 ou 3622-4140, www.pedrasdemariadacruz.mg.gov.br ou licitacao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br.

Edital de Convocação - AGE - Assembléia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em **Assembléia Geral Extraordinária**, no dia 22 de Abril de 2022, às 14h00min horas na sede da **Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS**, sociedade de economia mista de capital fechado, CNPJ 17.504.325/0001-04, Rodovia BR 040, KM 688, Pavilhão Administração, s/n, Bairro Guanabara – Contagem/MG, para deliberar sobre os seguintes assuntos: **01 - Fixação da remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal e do comitê de auditoria, para o período de Abril/2022 a Março/2023; 02 – Eleição de membros do Conselho de Administração; 03 – Inclusão de Artigo no Capítulo 9 do Estatuto Social da empresa para autorizar aos órgãos de administração a declarar dividendos intermediários.**
Contagem, 14 de Abril de 2022.
Luciano José de Oliveira
Diretor-Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA SAMARCO MINERAÇÃO S.A. LTDA. – CREDISAM
CNPJ Nº: 20.622.809/0001-62 NIRE: 31400002189

O Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Samarco Mineração S.A. Ltda. - CREDISAM no uso das atribuições legais e estatutárias, convoca os associados desta cooperativa em número de 1.424 (mil quatrocentos e vinte e quatro), em pleno gozo de seus direitos sociais, para as ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, que se realizarão no dia 27 (vinte e sete) de abril de 2022, em formato híbrido, sendo presencial na Rua Paraíba, nº1.122 – 10º andar, na cidade de Belo Horizonte/MG, e virtual com transmissão pela plataforma Teams da Samarco, em primeira convocação às 15h00min com a presença de 2/3 (dois terços), do número total de associados. Caso não haja número legal para instalação ficam desde já convocados para a segunda convocação, às 16h00min no mesmo dia e local com a presença de metade mais 1 (um) do número total de associados. Persistindo a falta de "quórum legal", as Assembleias realizar-se-ão então no mesmo dia e local, em terceira e última convocação às 17:00 horas com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Pauta da Assembleia Geral Ordinária – a) Leitura para discussão e deliberação sobre o relatório do Conselho de Administração, balanço patrimonial, demonstração de resultados e demais contas do exercício de 2021; b) Destinação do resultado do exercício de 2021; c) Relatório da auditoria externa; d) Uso e aplicação do FATES; e) Outros assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo. Pauta da Assembleia Geral Extraordinária – a) Alteração do Estatuto Social, Art. 1 ao Art. 86; b) Outros assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2022.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CREDISAM

PRIME INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S/A
CNPJ/MF 00.409.834/0001-55 - NIRE 31.300.028.186
Companhia Fechada

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2021**

A Reunião do Conselho de Administração da PRIME INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A., ("Companhia"), instalada com a presença da totalidade dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Alexandre Machado Vilela** e secretariada pelo Sr. **Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza**, realizou-se no dia 05 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2222, 9º andar, Bairro Estoril, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.494-080. Na conformidade da **ORDEM DO DIA**, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade: **a) Aprovar**, nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, a reeleição da Diretoria Executiva da Companhia, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, os seguintes membros: (i) o Sr. **ALEXANDRE MACHADO VILELA**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº MG-527.422 SSP/MG e inscrito no CPF/ MF sob o nº 398.664.406-72, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) o Sr. **JOSÉ LUIZ MEIRELES**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº M-489.035 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 315.796.636-72, para o cargo de Diretor sem designação específica; ambos com endereço comercial na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2222, 8º andar, sala 802, letra A, Estoril, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30494-080; e **b) Autorizar** a Diretoria, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes, inclusive a assinar quaisquer instrumentos e respectivos aditamentos necessários à implementação das deliberações acima, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 05 de abril de 2022. Presidente da Mesa: **ALEXANDRE MACHADO VILELA**; Secretário da Mesa: **RAFAEL NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA**. Conselheiros Presentes: **ALEXANDRE MACHADO VILELA**; **RAFAEL NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA** e **RICARDO EFROIM ZATZ BLÁS**. Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio. Confere com o original. **Rafael Nazareth Menin Teixeira De Souza** Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 9298552 em 13/04/2022 da Empresa PRIME INCORPORACOES E CONSTRUÇOES S/A, Nire 31300028186 e protocolo 221862005 - 13/04/2022. Autenticação: 3ABEF5AEF3A06127F81D79BB5A59DD940A19720. Marinely de Paula Bomfim - Secretária- Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/186.200-5 e o código de segurança SMw3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/04/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

GRAN ROYALLE NOVA SERRANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
CNPJ sob o nº 15.204.391/0001-33

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Gran Royale Nova Serrana Empreendimentos Imobiliários S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 15.204.391/0001-33, sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, Rua Paraíba, nº 330, 18º andar, CEP 30.130-917, na figura de sua acionista majoritária, nos termos do seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 28 de abril de 2022, quinta-feira, às 09h00 horas, em primeira convocação, e às 09h30 horas, em segunda convocação, de forma virtual pela plataforma Zoom, para tratar da seguinte ordem do dia: I – A alteração da sede social da Companhia.
Gran Viver Urbanismo SA

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da DASA - DESTILARIA DE ALCOOL SERRA DOS AIMORÉS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 18.054.379/0001-88, localizada à margem da BR 418, KM 03, no município de Serra dos Aimorés, Estado de Minas Gerais, os livros e documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Serra dos Aimorés/MG, 08 de abril de 2022.
A DIRETORIA

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DO GRUPO VALLOUREC NO BRASIL – COOVALL LTDA.
Av. Olinto Meireles, nº 65, Barreiro, Belo Horizonte – MG – CEP 30.640-010
Fone 3328-2657 – CNPJ 64.293.582/0001-24

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL

O Presidente da Cooperativa de Crédito dos Empregados do Grupo Vallourec no Brasil – Coovall Ltda de acordo com o Estatuto Social, convoca os 6.367 sócios para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Semipresencial**, caso em que associados podem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também a distância mediante atuação remota, via sistema eletrônico. Em virtude de sua sede não comportar, a assembleia se realizará no Auditório do Centro Administrativo da Usina Barreiro da Vallourec, situado na Avenida Olinto Meireles, nº 65, Belo Horizonte, Minas Gerais, no próximo dia 26 de abril de 2022, em primeira convocação às 12:00 horas com a presença de 2/3 (dois terços) do número total dos sócios. Caso não haja número legal, ficam desde já convocados para a segunda convocação às 13:00 horas, no mesmo dia e local, com a presença de metade e mais um (01) do número total dos sócios. Persistindo a falta de "quorum legal", a Assembleia semipresencial realizar-se-á, no mesmo dia e local, em terceira e última convocação às 14:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) sócios, a fim de deliberar sobre o seguinte:

Pauta da Assembleia Geral Extraordinária:
a) Alteração do item "a" do artigo 01 do Estatuto Social com atualização do bairro e CEP do endereço da cooperativa conforme atualização cadastral dos bairros realizada pela prefeitura de Belo Horizonte;
b) Alteração das cláusulas do Estatuto Social referentes ao componente organizacional de ouvidoria com a finalidade de consignar expressamente os critérios de substituição do ouvidor, conforme estabelecido no inciso II, do art. 8º, da Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020;
c) Inclusão no Estatuto Social da possibilidade da assembleia geral criar outros fundos com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Pauta da Assembleia Geral Ordinária:
a) Discussão e julgamento do relatório do Conselho de Administração;
b) Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Sobras e Perdas, e demais contas dos semestres encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2021;
c) Parecer do Conselho Fiscal;
d) Parecer de Auditoria Externa Independente;
e) Destinação das Sobras ou Rateio das Perdas verificadas no ano de 2021;
f) Discussão do plano de aplicação do FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social para o ano de 2022;
g) Aprovação do Regulamento da Atividade de Auditoria Interna;
h) Assuntos de interesse geral da sociedade.

Informações para participar e votar na Assembleia semipresencial:
A Assembleia semipresencial será realizada presencialmente e também será transmitida através do aplicativo Microsoft Teams, que garantirá toda segurança, confiabilidade e transparência do conclave. Por meio desse aplicativo, os participantes da Assembleia semipresencial poderão se manifestar de forma escrita e votar a distância.
Para participar basta acessar o link abaixo com o login e senha do seu usuário de rede da Vallourec no dia e horário informados.
Link para participar da Assembleia semipresencial: <https://bit.ly/3M38dPo>
Será disponibilizado um passo a passo sobre como acessar e outras possíveis dúvidas na página da Coovall no Yammer. Confira no link: <https://bit.ly/2T2UaQE>
Demais dúvidas, favor contatar: contato.coovall-bra@vallourec.com
Belo Horizonte, 15 de abril de 2022.

Marcelo Côrtes Romanelli
Diretor Presidente

GRADUAÇÃO EAD

Novas Turmas
Faça já a sua matrícula!

Invista em você e saia na frente!

EAD

Estude de onde e quando quiser!

Ensino a Distância

kennedy.br
faculadepromove.br/bh

31 98445-1796

FACULDADES PROMOVE

FACULDADES KENNEDY

Google for Education



PARTAGE SHOPPING

BETIM

METROPOLITAN GARDEN

Empreendimentos e Participações S/A.

CNPJ/MF nº 12.259.957/0001-36

Relatório da Diretoria

Em atendimento as disposições legais e estatutárias, submetemos á apreciação de V.Sas o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa correspondentes aos Exercícios Sociais findo em 31/12/2021 e 31/12/2020. Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Balanço Patrimonial findos em em 31 de dezembro					
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.3	10.293.218	3.455.643	Fornecedores	3.12
Clientes	3.4	1.442.654	2.321.175	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	3.13
Adiantamentos a terceiros	3.5	25.445	30.699	Impostos e contribuições a recolher	3.14
Impostos a recuperar	3.6	11.879.146	3.560	Financiamento imobiliário - Itaú S.A.	3.15
Aporte ao condomínio edilício		-	25.030	Total do passivo circulante	633.137
Estoques		-	150.000	Não Circulante	
Total do ativo circulante		23.640.463	5.986.106	Financiamento Imobiliário - Banco Itaú S/A	3.15
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Partes Relacionadas	3.7	47.027	11.189	Adiantamento para futuro aumento de Capital	3.16
Depósitos judiciais	3.8	147.651	141.930	Impostos diferidos	3.17
Impostos diferidos	3.9	7.468.873	5.850.997	Provisão para Contingências	3.18
Propriedades p/investimentos	3.10	231.397.290	383.677.411	Total do passivo não circulante	145.362.863
Imobilizado	3.11	3.737	134.281	Patrimônio Líquido	3.19
Total do ativo não circulante		239.064.577	389.815.809	Capital social	279.255.531
Total do Ativo		262.705.040	395.801.915	Reservas de capital	30.575.423
				Prejuízos acumulados	(193.121.914)
				Total do patrimônio líquido	116.709.040
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido	262.705.040

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais)						
	Capital Social	Capital a integralizar	Reserva de Capital	Ajustes Exerc. Anteriores	Prejuízos Acumulados	Total
Discriminação						
Saldos em 31.12.2018	169.458.492		30.575.423	21.976.631	(102.728.264)	119.282.282
Aumento de Capital	75.911.185					75.911.185
Lucro do exercício de 2019					1.037.710	1.037.710
Ajustes de exercícios Anteriores				37.788		37.788
Saldos em 31.12.2019	245.369.677		30.575.423	22.014.419	(101.690.554)	196.268.965
Aumento de Capital	31.002.205					31.002.205
Prejuízo do exercício de 2020					(7.774.226)	(7.774.226)
Saldos em 31.12.2020	276.371.882		30.575.423	22.014.419	(109.464.780)	219.496.944
Aumento de Capital	2.883.649					2.883.649
Prejuízo do exercício de 31.12.21					(20.044.275)	(20.044.275)
Ajuste de exercícios anteriores				(85.627.278)		(85.627.278)
Saldos em 31.12.2021	279.255.531		30.575.423	(63.612.859)	(129.509.055)	116.709.040

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro					
Discriminação	2021	2020	2021	2020	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(20.044.275)	(7.774.226)	(5.721)	-	
Ajustes Exercícios Anteriores	(85.627.278)	-	(1.617.875)	3.714.737	
Depreciações/amortização	488.120	11.339.187			
PDD	3.265.160	1.155.162	(180.373)	(503.582)	
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(20.851.670)	(11.413.733)	-	2.461	
Provisão para Contingências	(75.633)	626.060	(3.164)	(40.649)	
Aumento ou Diminuição do Valor justo	-	2.392.093	(49.122)	(81.634)	
Lucro (Prejuízo) líquido ajustado	(122.845.575)	(3.675.457)	-	-	
(Aumento) redução de ativos:			(41.096.872)	-	
Clientes	(2.361.609)	(1.013.558)	(57.070.905)	1.927.228	
Adiantamentos a Terceiros	5.254	(29.152)	(179.916.480)	(1.748.229)	
Impostos a recuperar	(11.875.586)	6.380			
Aporte ao condomínio edilício	-	12.757			
Estoques	150.000	(150.000)			
Partes relacionadas	(35.838)	9.467			
			19.243.513		
			31.338.047		
			Estorno de depreciação valor justo	101.492.948	

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.		
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em reais)		
1. Contexto Operacional: A companhia tem por objeto social a exploração de Shopping Center (Partage Shopping Betim), empreendimento executado na cidade de Betim/MG, a realização de exploração locatícia das unidades imobiliárias (lojas), e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. 2.2 Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. No ano de 2021 a mudança de prática contábil o "Ajuste do Valor Justo sobre Propriedade para Investimentos" onde a administração retomou à metodologia praticada anteriormente, registrando o custo, custos de transações e imobilizações ao longo dos exercícios.		

DIRETORIA		CONTADOR	
Raphael Baptista Netto	Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista	Helder Couto de Mendonça	Clayton Claudinei Nogueira
Diretor	Diretor	Diretor	CRC 1SP 306862/O-0

As demonstrações contábeis na íntegra, acompanhadas do relatório emitido pelo Auditor Independente e as Notas Explicativas, encontra-se a disposição na Sede da Companhia.

SELEÇÃO DE

PACIENTES

ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

•Endodontia (canal)

•Ortodontia (aparelhos)

•Implantodontia (implantes)

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG

(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512

posodontologiaprado@funorte.edu.br

PÓS-GRADUAÇÃO

FUNORTE

BELO HORIZONTE